



AZ@BXL

Número: 230 Data: 2022.06.10

No título: [Reserva Florestal de Recreio da Silveira, Ilha de São Jorge](#)



[Direção Regional dos Recursos Florestais](#)

Destaques



[Aprovadas ajudas estatais de 453,25 milhões de euros a favor do grupo SATA](#)

[Auxílios estatais: Comissão aprova regime português de recapitalização no valor de 400 milhões de euros](#)

[Acordo de Parceria Portugal 2030 entregue em Bruxelas](#)

[Projeto de Orçamento da UE para 2023](#)

[Aprovada Resolução do Parlamento Europeu sobre "As ilhas da UE e a política de coesão"](#)

[Objetivo 55: eurodeputados rejeitam proposta de relatório sobre a revisão do Sistema de Comércio de Emissões da UE](#)

[Parlamento Europeu ativa processo de alteração dos Tratados da UE](#)

[Carregador comum: O Conselho e o Parlamento Europeu chegam a um acordo político provisório](#)

12 a 15 de junho

**Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (CM12)**

A [12.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) vai decorrer, de 12 a 15 de junho de 2022, em Genebra, na Suíça. Após a suspensão em 2019 e em 2021 da CM12 devido à COVID-19, o órgão decisório mais importante da OMC, que reúne bianualmente, volta a juntar os ministros do comércio e outros representantes dos 164 membros.

13 de junho

**Reunião dos ministros da Agricultura e das Pescas da União Europeia**

Os ministros da Agricultura da UE [reunir-se-ão](#) no Luxemburgo para debater o ponto da situação da política comum das pescas da UE e as consultas sobre as [possibilidades de pesca](#) para 2023. Procederão ainda a uma troca de pontos de vista sobre a aplicação das normas da UE aos produtos agrícolas e agroalimentares importados e debaterão a [situação dos mercados agrícolas](#) à luz da invasão da Ucrânia pela Rússia. Poderá acompanhar os pontos da agenda que decorrerão em sessão pública [aqui](#).

14 de junho

**Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Saúde**

A proposta de regulamento relativo ao Espaço Europeu de Dados de Saúde (EEDS), adotado pela Comissão Europeia em 3 de maio de 2022, visa tornar mais fácil aos cidadãos acederem aos seus dados de saúde em formato eletrónico e partilharem esses dados com os profissionais de saúde na UE. Os ministros [realizarão](#) um debate de orientação sobre este tema. A Presidência informará os delegados sobre o ponto da situação do projeto de regulamento relativo às ameaças transfronteiriças para a saúde. Entre outras coisas, a Comissão prestará informações sobre a aplicação dos regulamentos relativos aos dispositivos médicos e à avaliação das tecnologias de saúde, bem como sobre a situação na Ucrânia do ponto de vista sanitário e humanitário.

15 e 16 de junho

**Conferência sobre o Pacto Rural**

Estão abertas as [inscrições](#) para a [Conferência sobre o Pacto Rural](#) que será realizada em Bruxelas (com possibilidade de ser acompanhada remotamente). A conferência é organizada pela Comissão Europeia em parceria com o Comité das Regiões Europeu, Comité Económico e Social Europeu, Parlamento Europeu, Presidência do Conselho Europeu, e Parlamento Rural Europeu.

A 30 de junho de 2021, a Comissão adotou uma comunicação sobre a visão a longo prazo para as zonas rurais da UE. Como parte desta visão para criar zonas rurais mais fortes, mais ligadas, mais prósperas e mais resilientes, a Comissão comprometeu-se a criar um Pacto Rural. Ao reunir os níveis de governação nacional, regional e local, bem como as partes interessadas e as instituições da UE, este pacto servirá como um quadro de cooperação, apoiará um melhor acesso ao financiamento e contribuirá para assegurar que as necessidades específicas das diversas zonas rurais da Europa sejam tidas em conta.

Até 16 de junho

**Consulta pública relativa à pesca de tunídeos do Atlântico**

A Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (CICTA) tem autoridade para adotar decisões relativas à conservação e à gestão das unidades populacionais de peixes, as quais vinculam a UE. A CICTA adotou recentemente regras em matéria de, por exemplo: dispositivos de concentração de peixes e limitações de capacidade para o atum tropical; cultura do atum-rabilho; autorizações de pesca para o atum-voador do Atlântico e o espadarte; e medidas de gestão para o tubarão-anequim. Esta [iniciativa](#), que resultará numa proposta de regulamento, visa integrar as regras supramencionadas no direito da UE.



### Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Política Social

A Presidência [dará](#) informações sobre o ponto da situação no que toca à proposta de diretiva relativa à melhoria das condições de trabalho nas plataformas digitais. Esta proposta de diretiva visa garantir que é concedido às pessoas que trabalham através de plataformas de trabalho digitais o estatuto profissional legal (trabalhador por conta própria ou por conta de outrem) que corresponde às suas modalidades de trabalho efetivas, e pretende aumentar a transparência quanto à utilização de algoritmos pelas plataformas de trabalho digitais.

O Semestre Europeu (um ciclo de coordenação das políticas económicas, orçamentais, laborais e sociais na UE) ocupa um lugar de destaque na agenda do Conselho EPSCO. Os ministros realizarão, entre outros, um debate de orientação sobre o Semestre Europeu e aprovarão os aspetos relacionados com a política social e de emprego das recomendações específicas por país de carácter integrado – um conjunto de orientações destinadas aos Estados-Membros sobre políticas macroeconómicas, orçamentais, de emprego e sociais.



### Segunda reunião de alto nível do Fórum Industrial de Energia Limpa

A segunda reunião de alto nível do relançamento do Fórum Industrial de Energia Limpa [continuará](#) a centrar-se na forma como a indústria europeia de energia limpa poderá contribuir para acelerar o fabrico e a implantação das energias renováveis e da eletrificação em toda a cadeia de valor, a fim de assegurar que as possíveis barreiras e estrangulamentos sejam eficazmente resolvidos.

Até 17 de junho



### Produção de combustíveis de fontes renováveis para os transportes: quota da eletricidade produzida a partir de fontes renováveis (requisitos)

A Diretiva (UE) 2018/2001 promove a utilização de energia produzida a partir de fontes renováveis na UE. Para o setor dos transportes, estabelece o objetivo específico de 14% de energia procedente de fontes renováveis. Os fornecedores de combustíveis podem utilizar combustíveis de fontes renováveis para os transportes (quer em estado líquido quer gasoso) de origem não biológica para cumprir este objetivo.

Esta [iniciativa de projeto de ato delegado](#) estabelece os requisitos para a eletricidade produzida a partir de fontes renováveis utilizada para produzir combustíveis renováveis para os transportes, de modo a poderem ser contabilizados como sendo totalmente renováveis.



### Energia de fontes renováveis — método de avaliação da redução das emissões de gases com efeito de estufa para determinados combustíveis

A Diretiva Fontes de Energia Renováveis estabelece regras para ajudar a UE a cumprir os seus compromissos de redução das emissões de gases com efeito de estufa no âmbito do Acordo de Paris. Esta [iniciativa](#) (que assumirá a forma de um regulamento delegado) visa estabelecer uma metodologia para avaliar a redução das emissões de gases com efeito de estufa a partir de: combustíveis líquidos e gasosos renováveis de origem não biológica para os transportes; e combustíveis de carbono reciclado.



### Lançamento do Centro Consultivo das Comunidades de Energia Rurais

Como extensão do recentemente lançado [Repositório das Comunidades de Energia](#), a Comissão Europeia está a [lançar](#) a iniciativa do Centro Consultivo das Comunidades de Energia Rurais, que visa encorajar e permitir que cidadãos, pequenas empresas, agricultores e autoridades locais se reúnam e criem comunidades energéticas nas zonas rurais europeias.

As principais atividades do Centro Consultivo incluirão a identificação das melhores práticas e a prestação de assistência técnica e oportunidades de trabalho em rede a este tipo de iniciativas e a intervenientes locais. O lançamento terá lugar imediatamente após a [Conferência sobre o Pacto Rural](#), com base nas discussões sobre a visão a longo prazo para as zonas rurais da UE. [Agenda](#) e registo [aqui](#).

20 de junho

## Lançamento dos Instrumentos financeiros da política de coesão para a REPowerEU e o Novo Bauhaus Europeu

A Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento irão [apresentar](#) em conjunto dois novos instrumentos financeiros para apoiar as iniciativas *REPowerEU* e *New European Bauhaus*. O evento terá lugar online na segunda-feira, 20 de junho de 2022, das 15h00 às 17h00 (CEST).

Até 21 de junho



### Consulta pública: Fuga de cérebros — atenuar os desafios associados ao declínio demográfico (comunicação)

A Comissão Europeia está a preparar uma comunicação sobre a fuga de cérebros e os desafios associados ao declínio da população. Esta publicação está prevista para o final de 2022 para avaliar a escala, dinâmica e impulsores do fenómeno da fuga de cérebros, entender seus efeitos socioeconómicos de longo prazo e propor soluções para melhorar a atratividade das regiões impactadas.

A fim de recolher provas, opiniões e sugestões dos cidadãos e das partes interessadas, a Comissão lançou a [consulta pública](#) tendo como objetivo obter informações sobre a escala e a dinâmica da fuga de cérebros e sobre as áreas afetadas. Outro dos objetivos consiste em identificar práticas, estratégias e políticas que tenham tido sucesso no combate à emigração de trabalhadores qualificados.



### Webinar sobre as boas práticas dos instrumentos financeiros do FSE+ na economia social

A Comissão Europeia - Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (DG EMPL) em parceria com o Banco Europeu de Investimento (BEI) irão promover o webinar "[Boas práticas dos instrumentos financeiros do FSE+ na economia social](#)", que terá lugar na terça-feira, 21 de junho de 2022, das 14.00 às 17.00 CEST.

O webinar, dirigido a “profissionais” do FSE, [centrar-se-á](#) nos instrumentos financeiros, apresentando exemplos de apoio ao empreendedorismo social e às microfinanças. A participação beneficiará da apresentação de peritos da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimento, bem como das autoridades de gestão e outros organismos envolvidos na implementação de instrumentos financeiros.

Até 23 de junho



### Emissões industriais — atualização das normas da UE

Esta [iniciativa](#) destina-se a atualizar as normas da UE sobre emissões industriais, para assegurar que a indústria continua a melhorar o ambiente da UE. Visa garantir que a indústria utiliza técnicas que criam uma economia da UE mais sustentável e um ambiente mais limpo em benefício da saúde pública. Desta forma, a iniciativa apoia a ambição do Pacto Ecológico Europeu de alcançar poluição zero, assim como as políticas da UE em matéria de energia, clima e economia circular (reduzir o consumo de recursos e a produção de resíduos e promover a utilização de materiais reciclados).

De 27 de junho a 1 de julho



### Conferência dos Oceanos da ONU

A cidade de Lisboa vai acolher a [Conferência dos Oceanos da ONU](#) promovida pelas [Nações Unidas](#), com o apoio dos Governos de Portugal e do Quênia. Sob o mote “Salvar o Oceano, Proteger o Futuro”, esta [Conferência](#) representa um apelo à ação pelos Oceanos, procurando incentivar líderes e decisores dos 193 países da ONU a mobilizar parcerias e aumentar o investimento em abordagens científicas e inovadoras que contribuam para reverter o declínio da saúde dos oceanos. A Conferência pretende assim contribuir para a implementação do objetivo de desenvolvimento sustentável 14 «Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável».

Até 28 de junho



### Comentários à Proposta de Regulamento sobre Alimentos e bebidas – Sistema de indicações geográficas da UE (revisão)

O sistema protege nomes importantes de alimentos e bebidas contra a contrafação/fraude e certifica que obedecem a normas elevadas num determinado país ou região. Esta [iniciativa](#) reforçará o sistema: melhorando a produção sustentável ao abrigo do sistema; melhorando a execução; fortalecendo os agrupamentos de produtores; reduzindo o furto na Internet; permitindo uma

melhor adaptação do sistema aos produtores de todas as regiões da UE; estudando a forma de promover e proteger os alimentos tradicionais europeus; acelerando os procedimentos de registo.



### Horizonte Europa - Cluster 3: Segurança Civil para a Sociedade

A jornada informativa “Horizonte Europa - Cluster 3” reveste-se duma oportunidade única para potenciais candidaturas a financiamento da UE. Inscrições [aqui](#).

30 de junho



### Carta para a Missão "Restaurar os nossos Oceanos e as nossas Águas até 2030"

A Comissão Europeia [organizará](#) este evento em Lisboa, no Oceanário. O objetivo do [evento](#) é o de lançar a Carta da Missão. Os Estados-Membros, regiões e partes interessadas relevantes serão convidadas a descobrir a Carta e a envolverem-se em ações para uma implementação bem-sucedida da Missão.

Até 4 de julho



### Consulta pública: Impostos especiais sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas — avaliação das taxas do imposto especial de consumo e das estruturas fiscais

As regras da UE regem a tributação do álcool e das bebidas alcoólicas. As regras relativas à estrutura fiscal foram recentemente alteradas, mas as taxas do imposto especial de consumo não são alteradas desde 1992. A avaliação examinará se as taxas do imposto especial sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas contribuíram para o bom funcionamento do mercado único da UE. A avaliação servirá de base à iniciativa prevista. Informações adicionais [aqui](#).

Até 13 de julho



### Consulta pública respeitante à proteção à escala da UE das indicações geográficas dos produtos não agrícolas

Atualmente, não existe um sistema à escala da UE para proteger as indicações geográficas dos produtos não agrícolas (como o artesanato e os produtos industriais). No entanto, estes produtos são amiúde um elemento importante da identidade local, atraem o turismo e criam postos de trabalho. Um sistema uniforme permitiria nomeadamente: ajudar os produtores a manterem-se competitivos em nichos de mercado; fornecer aos consumidores uma melhor informação sobre a autenticidade dos produtos; impulsionar as economias regionais. Todos os contributos poderão ser carregados [aqui](#).

Até 15 de julho



### Consulta pública relativa ao tráfico de bens culturais — Plano de ação da UE

No âmbito da estratégia da UE sobre a criminalidade organizada, a Comissão [adotou](#) um plano de ação contra o tráfico de bens culturais para 2022-25, a fim de dismantelar as atividades criminosas e proteger o património cultural. O objetivo global do plano de ação consiste em: sensibilizar o público; melhorar o intercâmbio de informações e a cooperação (inclusivamente com países terceiros); e promover o reforço das capacidades e os conhecimentos especializados. O plano procurará igualmente encontrar novas formas de melhorar a rastreabilidade dos bens culturais, tanto em linha como fora de linha.

Até 21 de julho



### Consulta pública: Sistema alimentar sustentável da UE

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) sobre uma proposta de regulamento, que pretende publicar no quarto trimestre de 2023, relativa ao sistema alimentar sustentável da UE. A nova proposta de regulamento visa tornar o sistema alimentar da UE sustentável e integrar a sustentabilidade em todas as políticas relacionadas com a alimentação. Estabelecerá princípios e objetivos gerais, juntamente com os requisitos e responsabilidades de todos os intervenientes no sistema alimentar da UE. Mais especificamente, estabelecerá regras sobre: rotulagem em matéria de sustentabilidade dos produtos alimentares; critérios mínimos para uma aquisição pública sustentável dos produtos alimentares; e governação e monitorização.

Até 22 de julho



## Consulta pública sobre a legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas

A Comissão Europeia abriu um período de [consulta pública](#) relativa à legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas. A Comissão pretenderá com a publicação da proposta do regulamento, prevista para o segundo trimestre de 2023, propor um quadro jurídico para as plantas obtidas por mutagenese e cisgenese dirigidas, bem como para géneros alimentícios e alimentos para animais delas resultantes. A iniciativa baseia-se nas conclusões de um estudo da Comissão sobre [novas técnicas genómicas](#). O objetivo é manter um elevado nível de proteção da saúde humana e animal e do ambiente, permitir a inovação no sistema agroalimentar e contribuir para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e da estratégia «do prado ao prato».

Até 28 de julho



### Revisão do programa da UE de distribuição de fruta, produtos hortícolas e leite nas escolas

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção duma proposta de revisão do regulamento no quarto trimestre de 2023. É referido que «o regime da UE de distribuição nas escolas apoia a distribuição de fruta, produtos hortícolas, leite e determinados produtos lácteos às crianças, a par de atividades educativas sobre a agricultura e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. A Comissão efetuará uma revisão deste regime e das medidas que estabelecem este tipo de ajuda da UE, com base nos ensinamentos retirados da sua aplicação desde 2017. Esta revisão contribuirá para promover o consumo de alimentos sustentáveis, em consonância com a Estratégia do Prado ao Prato.».

Até 31 de julho



### Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo - convite à apresentação de trabalhos

A 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo. A distinção premeia anualmente o jornalismo de excelência que promove ou defende os princípios e valores fundamentais da União Europeia como a dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e direitos humanos. Daphne Caruana Galizia foi uma jornalista e ativista anticorrupção maltesa que noticiou amplamente sobre corrupção, lavagem de dinheiro, crime organizado, venda de cidadania e as ligações do governo maltês aos “Panamá Papers”. Após assédio e ameaças, foi assassinada numa explosão de um carro armadilhado a 16 de outubro de 2017.

Até 4 de agosto



### Aberta consulta pública sobre a avaliação da Diretiva Responsabilidade Ambiental (Diretiva 2004/35/CE)

A Diretiva Responsabilidade Ambiental ([DRA](#)) estabeleceu um quadro de responsabilidade ambiental baseado no princípio do «poluidor-pagador», a fim de prevenir e reparar os danos causados ao solo, às águas (superficiais, subterrâneas, de transição, costeiras e marinhas) e à biodiversidade (espécies e *habitats* naturais protegidos pelas Diretivas [Aves](#) e [Habitats](#)). A presente [consulta pública](#) constitui um meio importante de recolher os pontos de vista e a experiência prática das partes interessadas. A [avaliação](#) basear-se-á igualmente nos relatórios apresentados pelos Estados-Membros à Comissão, durante abril de 2022, sobre a aplicação da DRA.

Até 15 de agosto



### Consulta pública sobre os nutrientes – plano de ação para uma gestão mais eficaz

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção por parte da Comissão Europeia duma comunicação (último trimestre de 2022). O executivo europeu refere que «os nutrientes (azoto e fósforo) são essenciais para a vida e para importantes recursos naturais. A redução dos nutrientes é uma das causas da poluição atmosférica, dos solos e da água, da perda de biodiversidade e de uma vasta gama de consequências relacionadas com as alterações climáticas. Nas últimas décadas, a legislação em vigor ajudou a combater estes problemas. No entanto, devido à poluição causada pelos nutrientes e a ineficiências no ciclo dos nutrientes, são necessárias medidas suplementares a nível da UE para melhorar a segurança alimentar, proteger a saúde e preservar os ecossistemas.».

Até 16 de agosto



### Consulta pública respeitante ao desperdício alimentar — metas de redução

Esta [iniciativa](#) emblemática, que culminará na apresentação duma proposta de diretiva e que se insere na Estratégia do Prato ao Prato da UE, visa propor metas juridicamente vinculativas para reduzir o desperdício alimentar. Estas metas contribuirão para limitar o impacto da cadeia de abastecimento alimentar no ambiente e no clima e para assegurar a disponibilidade de mais alimentos para consumo humano, criando assim um sistema alimentar mais sustentável.



### Consulta pública relativa ao impacto ambiental da gestão de resíduos — revisão do quadro da UE em matéria de resíduos

A Diretiva-Quadro Resíduos protege a saúde pública e o ambiente através de uma gestão adequada dos resíduos. Para o efeito, é aplicada a hierarquia de resíduos da UE, que promove a prevenção e a reutilização dos resíduos, em detrimento da sua valorização e eliminação. Esta [iniciativa](#) visa melhorar a gestão dos resíduos: reduzindo a produção de resíduos, nomeadamente através da reutilização de produtos ou componentes; reduzindo os resíduos indiferenciados e aumentando a preparação para a reutilização ou reciclagem de resíduos, melhorando a recolha seletiva.

Até 9 de setembro



### Prémio Apícola Europeu - 2022

Está aberto o [período de candidaturas](#) ao prémio apícola europeu, promovido pela Organização Europeia de Proprietários de Terras (ELO) e a Associação Europeia de Maquinaria Agrícola (CEMA). Serão atribuídos 3 prémios: práticas de gestão dos solos (prémio de 4 mil euros); soluções tecnológicas inovadoras (prémio de 4 mil euros); Menção Especial do Júri (diploma de reconhecimento).



### Agricultura

#### UE facilita o aumento das exportações aos produtos agrícolas moldavos

Mais ameixas, uvas e outros produtos agrícolas moldavos deverão entrar em breve nos mercados europeus isentos de direitos aduaneiros. A Comissão Europeia [propôs](#) um [regulamento](#) que permite um melhor acesso temporário ao mercado por parte dos restantes sete produtos, provenientes da Moldávia, que ainda se encontram sujeitos a contingentes pautais aquando da sua entrada na UE. Trata-se de uma demonstração da solidariedade da UE concebida para ajudar a Moldávia a fazer face à perda dos seus principais mercados e pólos de trânsito para estes produtos agrícolas essenciais, resultante da guerra de agressão injustificada da Rússia contra a Ucrânia.

Os sete produtos cujas exportações da Moldávia para a UE ainda não estão totalmente liberalizadas são as ameixas, uvas de mesa, maçãs, tomates, alho, cerejas e sumo de uva. O regulamento mais do que duplica — durante um ano — a quantidade destes produtos que pode ser importada da Moldávia para a UE com isenção de direitos aduaneiros. Os volumes potenciais isentos de direitos situam-se agora em torno dos 55 milhões de euros, incluindo aproximadamente 10 milhões de euros de ameixas e 27 milhões de euros de uvas de mesa.



### Ambiente

#### 118 regiões e autoridades locais aderem à Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas

A Comissão Europeia anunciou as primeiras 118 regiões e autoridades locais que participarão na [Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas](#), a chamada Missão de Adaptação, que apoiará o [Pacto Ecológico Europeu](#) e a [Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas](#).

Estas regiões e autoridades locais assinaram a Carta da Missão no primeiro [Fórum do Comité das Regiões da Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas](#). Outras 17 empresas privadas, centros de serviços, redes de investigação e grupos de ação local ativos na melhoria da resiliência climática irão subscrever a Carta e tornar-se-ão “amigos da Missão”. Os 118 signatários são originários de 18 Estados-Membros, com mais 6 partes provenientes de países associados ou potencialmente associados ao [Horizonte Europa](#), o programa de investigação e inovação da UE.

### **Recomendação do Conselho que visa assegurar uma transição justa para a neutralidade climática**

O Conselho considera que «é urgente reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, em especial para diminuir a subida do nível do mar e a probabilidade de fenómenos meteorológicos extremos que já afetam todas as regiões do mundo e reduzir os custos económicos e sociais associados aos efeitos do aquecimento global. A União e os seus Estados-Membros são Partes no Acordo de Paris adotado em 15 de dezembro de 2015 ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), que obriga as suas Partes a manter o aumento da temperatura média mundial bem abaixo dos 2 °C em relação aos níveis pré-industriais e a prosseguir os esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C em relação aos níveis pré-industriais.».

No entanto, o Conselho na [presente recomendação](#) salienta também a necessidade de «assegurar que a transição da União para uma economia com impacto neutro no clima e sustentável do ponto de vista ambiental até 2050 é justa e não deixa ninguém para trás. Para o efeito, os Estados-Membros são convidados a adotar e aplicar, em estreita cooperação com os parceiros sociais, se for caso disso, pacotes de medidas abrangentes e coerentes, que abordem os aspetos sociais e de emprego, a fim de promover uma transição justa em todas as políticas, nomeadamente as políticas climática, energética e ambiental, bem como a otimizar a utilização do financiamento público e privado.».

A instituição europeia refere ainda que «os pacotes de medidas devem ser adaptados às circunstâncias locais, tendo em conta as necessidades das regiões mais vulneráveis e remotas da União, nomeadamente as regiões ultraperiféricas e as ilhas.».

### **Fundo de Modernização investe 2,4 mil milhões de euros para acelerar a transição ecológica em sete países beneficiários**

O Fundo de Modernização [disponibilizou](#) 2,4 mil milhões de euros a sete países beneficiários no intuito de contribuir para modernizar os seus sistemas energéticos, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos setores da energia, da indústria e dos transportes e ajudá-los a cumprir os seus objetivos climáticos e energéticos para 2030. Confirmou-se a realização de investimentos na Roménia (1 391,6 milhões de euros), na Chéquia (520 milhões de euros), na Polónia (244,2 milhões de euros), na Lituânia (85 milhões de euros), na Hungria (74,3 milhões de euros), na Eslováquia (49,5 milhões de euros) e na Croácia (40 milhões de euros). Tal conclui o terceiro ciclo de investimento do Fundo de Modernização e assinala um aumento acentuado das despesas face aos anteriores ciclos de investimento.

Financiado pelas receitas provenientes da venda em leilão de licenças de emissão no âmbito do sistema de comércio de licenças de emissão da UE, o [Fundo de Modernização](#) visa apoiar dez países da UE de rendimento mais baixo na sua transição para a neutralidade climática, modernizando o seu setor de eletricidade e os seus sistemas de energia numa aceção mais lata, promovendo a eficiência energética e facilitando uma transição justa. Os países beneficiários são a Bulgária, a Chéquia, a Estónia, a Croácia, a Letónia, a Lituânia, a Hungria, a Polónia, a Roménia e a Eslováquia.

### **Objetivo 55: Eurodeputados querem regras mais apertadas para as emissões de gases com efeito de estufa dos Estados-Membros**

Na quarta-feira, o Parlamento Europeu [adotou](#) a sua posição sobre o Regulamento de Partilha de Esforços que estabelece reduções anuais vinculativas de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) para os Estados-Membros da UE e atualmente regula cerca de 60% das emissões da UE. O relatório foi aprovado com 437 votos a favor, 142 contra e 40 abstenções. A Comissão propôs aumentar de 30% para 40% a meta obrigatória de redução das emissões de gases com efeito de estufa em 2030 a nível da UE. Pela primeira vez, todos os Estados-Membros da UE devem agora reduzir as emissões de gases com efeito de estufa com metas que variam entre 10-50 %. Ver as metas nacionais [aqui](#).

Os deputados ao Parlamento Europeu desejam encurtar a possibilidade dos Estados-Membros de contrair empréstimos de licenças de emissão a partir do ano seguinte, reduzindo o limite de empréstimos em comparação com a proposta da Comissão. Desejam também baixar o limite de quanto os Estados-Membros podem depositar as suas licenças de emissão para os anos seguintes, caso excedam as suas reduções obrigatórias. Os eurodeputados solicitam ainda restrições à possibilidade dos Estados-Membros negociarem as suas licenças com outros Estados-Membros e quaisquer receitas do comércio de emissões no âmbito do RPE devem ser atribuídas à ação climática. Pretendem também eliminar a possibilidade dos Estados-Membros receberem licenças de emissão de gases com efeito de estufa adicionais através da chamada reserva adicional.

### **Objetivo 55: eurodeputados rejeitam proposta de relatório sobre a revisão do Sistema de Comércio de Emissões da UE**

Uma vez que os eurodeputados [rejeitaram](#) o relatório sobre a revisão do [Sistema de Comércio de Emissões da UE](#), três projetos de legislação, parte do pacote *Fit For 55*, estão suspensos enquanto se aguarda um acordo político. O projeto de legislação

sobre a reforma do Sistema de Comércio de Emissões (ETS) foi reenviado à Comissão ENVI após o Parlamento ter rejeitado o relatório por 340 votos contra 265, com 34 abstenções.

O [Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço](#) (CBAM) foi reenviado à comissão antes da votação das emendas. Os membros votaram em plenário as emendas à legislação do [Fundo Social para a Ação Climática](#), mas a votação final foi adiada na pendência do acordo político sobre o futuro da reforma do ETS. O regulamento interno do Parlamento prevê a possibilidade, a pedido de um grupo político ou de deputados que atinjam pelo menos o limiar baixo, de reenviar um dossier à comissão para nova apreciação.

### **Objetivo 55: PE apoia emissões zero para automóveis em 2035**

O Parlamento Europeu [apoia](#) a revisão das normas de emissões de CO2 aplicáveis aos automóveis novos de passageiros e veículos comerciais ligeiros, que integram o pacote "Fit for 55 em 2030". Numa votação em Sessão Plenária na quarta-feira, os eurodeputados adotaram a sua posição sobre as regras propostas para a revisão das normas de desempenho em matéria de emissões de CO2 para automóveis novos e veículos comerciais ligeiros, com 339 votos a favor, 249 contra e 24 abstenções.

Com o texto adotado, que constitui a posição do Parlamento Europeu para negociar com os Estados-Membros, os eurodeputados apoiam a proposta da Comissão Europeia de alcançar uma mobilidade rodoviária com emissões zero até 2035 (um objetivo para toda a frota da UE de reduzir em 100% as emissões produzidas pelos automóveis novos de passageiros e pelos veículos comerciais ligeiros em relação a 2021). As metas intermédias de redução das emissões para 2030 seriam fixadas em 55% para os automóveis e 50% para as carrinhas.



Coesão

### **Eurobarómetro: amplo apoio à introdução do euro nos Estados-Membros que ainda não o adotaram**

A Comissão Europeia [publicou](#) o seu Eurobarómetro anual sobre a introdução do euro nos Estados-Membros que ainda não adotaram a moeda comum. O inquérito foi realizado entre 20 e 29 de abril de 2022 na Bulgária, Croácia, República Checa, Hungria, Polónia, Roménia e Suécia. O novo inquérito mostra um amplo apoio ao euro: em média, 60% dos inquiridos eram a favor da introdução da moeda única. As opiniões mais favoráveis sobre a adoção vêm da Roménia (77% a favor) e da Hungria (69%), enquanto as menos favoráveis são as da Bulgária, República Checa (ambas 44%) e Suécia (45%). Mais de metade dos inquiridos acreditam que a introdução da moeda comum teria consequências positivas para o seu país (55%). No entanto, 56% dos inquiridos também acreditam que a introdução do euro provocará um aumento dos preços. Além disso, os resultados do inquérito mostram que os cidadãos dos Estados-Membros que ainda não pertencem à zona euro estão mais conscientes do euro do que antes: 53% dos inquiridos consideram-se informados sobre o euro, em comparação com 51% no ano passado e 44% em 2015.



Cultura e Diversidade Cultural

### **"QUO VADIS, AIDA?" ganha o Prémio do Público LUX 2022**

A presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, [atribuiu](#) o Prémio do Público Europeu LUX 2022 ao filme "Quo vadis, Aida?" da realizadora bósnia Jasmila Žbanić. "Este filme é um forte apelo à justiça para as mulheres e mães de Srebrenica que testemunharam a morte atroz de mais de 8 mil entes queridos. Tais atrocidades horrendas e tal crime contra a humanidade nunca devem ser esquecidos", disse a presidente Metsola na cerimónia, que teve lugar no hemiciclo de Estrasburgo. "O Prémio do Público LUX constrói pontes entre o nosso trabalho político e o trabalho criativo dos cineastas na Europa". Os filmes LUX ecoam através da arte o sentimento da luta pelos direitos civis, direitos humanos, justiça, democracia e liberdade", acrescentou.

Ao aceitar o prémio, a realizadora Jasmila Žbanić afirmou: "Quando estava a preparar um filme sobre o genocídio em Srebrenica, estava a pensar que a guerra na Bósnia, na Croácia, na nossa região era a última na Europa. Fiquei tão chocada ao saber que nós, europeus, permitimos a guerra na Ucrânia. Exorto-vos a todos a encontrar uma forma de parar a guerra na Ucrânia". Sobrevivente do massacre de Srebrenica e presidente da Associação das Mães de Srebrenica, Munira Subašić, que também se dirigiu aos eurodeputados, disse: "Na Ucrânia, as mães estão a chorar, à procura dos ossos dos seus filhos. Por isso, peço-vos que parem a guerra na Ucrânia, para que o menor número possível de mães no mundo tenha de sofrer".

### **Primeiro Festival do Novo Bauhaus Europa**

A Comissão [organizou](#), pela primeira vez, um festival dedicado ao [Novo Bauhaus Europeu](#) (NBE). Concebido em torno de três pilares, «Forum», «Fair» e «Fest», com sede física em Bruxelas, na Gare Maritime e no Mont des Arts, e acessível também em linha, o [Festival do Novo Bauhaus Europeu](#) foi concebido em colaboração com a comunidade NBE a fim de dar a conhecer, celebrar e desenvolver este movimento. O NBE, que foi lançado pela presidente **von der Leyen** em setembro de 2021, adiciona uma dimensão cultural ao Pacto Ecológico e acelera a transição verde através de mudanças concretas no terreno. O festival coloca o [Pacto Ecológico Europeu](#) no centro do nosso quotidiano. O NBE é, por natureza, transdisciplinar: convida arquitetos,

designers, artistas, cientistas, engenheiros, artesãos e cidadãos a partilhar os seus conhecimentos especializados para nos preparar para o futuro.



## Economia e Mercado

### **Instrumento Internacional de Contratação Pública: assegurar a equidade para as empresas da UE**

O Parlamento [deu luz verde](#) a um novo instrumento internacional de contratos públicos que visa abrir os mercados de contratos públicos em todo o mundo. O Instrumento Internacional de Contratação Pública (IICP) introduz medidas que restringem o acesso a concursos da UE abertos a empresas de países terceiros que não oferecem condições de acesso semelhantes aos seus mercados de contratação pública às empresas da UE. Ao encorajar a reciprocidade, o IICP visa abrir estes mercados protegidos e acabar com a discriminação contra empresas da UE em países terceiros. O instrumento, adotado por 554 votos a favor, 7 contra e 14 abstenções, permitirá à Comissão definir se e em que medida uma empresa de um país terceiro deve ser sujeita a medidas do IICP, tendo em conta a extensão das barreiras comerciais.

### **Auxílios estatais: Comissão aprova regime português de recapitalização no valor de 400 milhões de euros**

A Comissão Europeia aprovou um regime português no valor de 400 milhões de euros para apoiar empresas estratégicas afetadas pela pandemia de coronavírus. Portugal notificou a Comissão, ao abrigo do [Quadro Temporário](#) relativo aos auxílios estatais, do apoio a solvência de empresas não financeiras viáveis, de interesse estratégico, ativas em Portugal e que tenham sido afetadas pela pandemia de coronavírus. As verbas serão disponibilizadas através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Ao abrigo deste regime, o auxílio assumirá a forma de i) instrumentos de capital próprio (incluindo ações ordinárias e preferenciais), ii) instrumentos híbridos (obrigações convertíveis) e iii) uma combinação de instrumentos de capital próprio e híbridos. O montante do investimento por empresa está, em princípio, limitado a 10 milhões de euros.

Os auxílios serão concedidos através do programa de recapitalização estratégica do Fundo de Capitalização e Resiliência («Fundo»). O Fundo é gerido pelo Banco Português de Fomento, S.A., que é o banco de promoção. O objetivo do regime é dar resposta às necessidades de liquidez e solvência dos beneficiários e ajudá-los a prosseguir as suas atividades durante e após a pandemia.

A versão não confidencial da decisão será disponibilizada com a referência SA.102275 no [Registo dos auxílios estatais](#) no sítio Web da [DG Concorrência](#) da Comissão Europeia, uma vez resolvidas as eventuais questões de confidencialidade.



## Energia

### **Auxílios estatais: Comissão aprova medida espanhola e portuguesa para baixar os preços da eletricidade no contexto da crise energética**

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, uma medida espanhola e portuguesa, aplicável até 31 de maio de 2023, no valor de 8,4 mil milhões de euros destinada a reduzir os preços grossistas da eletricidade no mercado ibérico (MIBEL), através da redução dos custos dos fatores de produção das centrais elétricas alimentadas a combustíveis fósseis. A medida foi aprovada ao abrigo do artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia («TFUE»), por se reconhecer que as economias espanhola e portuguesa estão a sofrer uma perturbação grave. A medida está em conformidade com a [Comunicação](#) sobre a segurança do aprovisionamento e preços da energia acessíveis, da Comissão, e as [conclusões do Conselho Europeu](#), ambas de março de 2022, que se referem a medidas temporárias de emergência para reduzir os preços da eletricidade no mercado à vista para as empresas e os consumidores, e que não afetam as condições das trocas comerciais num sentido contrário ao interesse comum.

O apoio, que assumirá a forma de pagamento, funcionará como subvenção direta aos produtores de eletricidade e destina-se a financiar parte do seu custo de combustível. O pagamento diário será calculado com base na diferença entre o preço de mercado do gás natural e um limite máximo de preço do gás, fixado numa média de 48,8 euros/MWh durante o período de vigência da medida. Mais especificamente, durante os primeiros seis meses da aplicação da medida, o limite real de preço será fixado em 40 euros/MWh. A partir do sétimo mês, o limite aumentará 5 euros por mês, resultando num limite de 70 euros/MWh no décimo segundo mês.

A medida será financiada por: i) parte das chamadas «receitas dos congestionamentos» (ou seja, as receitas obtidas pelo operador da rede de transporte espanhol em resultado do comércio transfronteiriço de eletricidade entre França e Espanha) e ii) uma taxa imposta por Espanha e por Portugal aos compradores que beneficiam da medida.

### **Comissão aprova regime português de 160 milhões de euros para apoiar as empresas com utilização intensiva de gás no contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia**

A Comissão Europeia [aprovou](#) um regime português de 160 milhões de euros para apoiar as empresas com utilização intensiva de gás no contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia. O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro temporário de crise relativo aos auxílios estatais, adotado pela Comissão em 23 de março de 2022](#), com base no artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, reconhecendo que a economia da UE está a sofrer graves perturbações.



### **Crimes de guerra na Ucrânia: UE apoia a investigação do Tribunal Penal Internacional com 7,25 milhões de euros**

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo projeto, ao abrigo do seu Instrumento de Política Externa, para apoiar as capacidades de investigação do Tribunal Penal Internacional (TPI) com 7,25 milhões de euros. Este projeto, que foi anunciado pela primeira vez pela [HRVP em Kiev](#), faz parte dos esforços da UE para combater a impunidade dos crimes internacionais a nível mundial. Em particular, ajudará o TPI a aumentar a sua capacidade de investigação para responder às investigações em curso sobre crimes de guerra cometidos pela Rússia na Ucrânia.

### **Conselho Europeu: Eurodeputados congratulam-se com novas sanções contra a Rússia**

Os eurodeputados [congratularam-se](#) com a unidade e as sanções adicionais avançadas pelo Conselho Europeu, mas apelaram à entrega de mais armas à Ucrânia e mais atenção aos que lutam dentro da UE. Os eurodeputados saudaram de forma muito geral a unidade que os Chefes de Estado e de Governo demonstraram ao adotarem um pacote adicional de sanções contra a Rússia e a determinação em combater a insegurança alimentar causada pela Rússia.

No entanto, muitos eurodeputados afirmaram que a cimeira não tinha dedicado atenção suficiente à abordagem dos efeitos negativos da guerra na vida quotidiana dos cidadãos da UE, nomeadamente devido a aumentos acentuados dos preços dos alimentos e da energia. Muitos eurodeputados apelaram para que esta questão fosse devidamente abordada na próxima reunião de Chefes de Estado e de Governo. Vários deputados ao Parlamento Europeu advertiram também contra a deslocação da dependência energética de uma região do mundo para outra, dizendo que isto seria apenas repetir os erros do passado. Finalmente, vários eurodeputados sublinharam também a necessidade urgente de armar melhor a Ucrânia, argumentando que embora as sanções fossem uma arma eficaz contra a Rússia, o seu efeito seria sentido apenas a longo prazo, não nos próximos meses, quando a Ucrânia mais precisava que a Rússia fosse enfraquecida.

### **Plano de recuperação polaco não deve ser aprovado até que todas as condições sejam satisfeitas**

Numa resolução aprovada por 411 votos a favor, 129 contra e 31 abstenções, o Parlamento Europeu [expressa](#) a sua profunda preocupação com a aprovação pela Comissão do Plano de 35,4 mil milhões de euros da Polónia ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Os eurodeputados voltam a apontar as violações existentes e em curso dos valores consagrados no artigo 2º do Tratado da UE, incluindo o Estado de direito e a independência do poder judicial, e deploram o facto de, devido às ações do governo polaco, o financiamento ainda não ter beneficiado o povo polaco.

### **Parlamento Europeu quer ter direito de iniciativa legislativa**

Os eurodeputados [apelaram](#) para que o PE possa apresentar propostas legislativas, que reforcem a democracia da UE e restabeçam o equilíbrio institucional. O Parlamento apela a uma reforma da arquitetura legislativa na próxima revisão dos tratados e salienta que os deputados europeus devem ter o direito de propor legislação, uma vez que são a única instituição da UE eleita por sufrágio direto. Procuram também negociar um novo acordo interinstitucional com o Conselho e a Comissão para evitar um impasse quando o Parlamento utiliza o seu atual direito de iniciativa em questões institucionais.

### **Parlamento Europeu ativa processo de alteração dos Tratados da UE**

Na quinta-feira, o Parlamento Europeu [aprovou](#) uma resolução que apela ao Conselho Europeu a concordar em iniciar o processo de revisão dos Tratados da UE. À luz da recente série de crises em curso, os eurodeputados usaram a sua [prerrogativa](#) para apelar a que os Tratados sejam alterados: (i) reforma dos procedimentos de votação no Conselho, tendo em vista reforçar a capacidade de atuação da União Europeia, incluindo a passagem da unanimidade para a [votação por maioria qualificada](#) em domínios como as sanções, as chamadas [cláusulas passerelle](#) e em situações de emergência; (ii) adaptar as competências da UE, especialmente nos domínios da saúde e das ameaças sanitárias transfronteiriças, na realização da união energética baseada na eficiência e nas energias renováveis em conformidade com os acordos internacionais sobre alterações climáticas, na defesa, e nas políticas sociais e económicas; (iii) assegurar que o pilar europeu dos direitos sociais seja plenamente implementado e incorporar o progresso social, ligado a um protocolo de progresso social, nos Tratados; (iv) assegurar a plena aplicação do [Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) e integrar o progresso social, associado a um Protocolo sobre o Progresso Social, nos Tratados; (v) tornar a economia da UE mais resiliente, prestando especial atenção às pequenas e médias empresas e aos controlos da competitividade, e promover investimentos centrados nas transições justa, ecológica e digital; (vi) conferir ao Parlamento Europeu o direito de [iniciar, alterar ou revogar legislação](#), e plenos direitos

enquanto [colegislador](#) sobre o orçamento da UE; e (vii) reforçar o procedimento para proteger os valores fundadores da UE e clarificar a determinação e as consequências das infrações ([9.º TUE](#) e [Carta dos Direitos Fundamentais](#)).

### **Terrorismo: Conselho adota conclusões para promover as novas medidas para proteger os europeus**

O Conselho [adotou](#) as suas conclusões sobre as realizações e as próximas etapas para proteger os europeus do terrorismo. O Conselho convida os Estados-Membros a prosseguirem os debates dedicados à partilha efetiva de informações sobre combatentes terroristas estrangeiros que constituam uma ameaça grave. Insta as autoridades a emitirem proibições de entrada de nacionais de países terceiros que constituam uma ameaça para a segurança nacional e a continuarem a introduzir essas proibições no Sistema de Informação Schengen. O Conselho incentiva a cooperação entre as autoridades competentes em matéria de luta contra o terrorismo e as autoridades responsáveis pela concessão do direito de residência, a fim de assegurar a máxima coordenação.

O Conselho solicita igualmente aos Estados-Membros que explorem formas de limitar os meios de ação de quem promova a radicalização, e apela à vigilância para assegurar que as organizações autoras de violência e de ódio não possam beneficiar de fundos públicos. Convida os Estados-Membros a coordenarem ainda mais as medidas restritivas e as medidas destinadas a proibir a entrada na UE e solicita à Comissão que pondere a necessidade de desenvolvimentos jurídicos que permitam o reconhecimento mútuo das proibições de entrada de suspeitos de terrorismo. O Conselho salienta a necessidade de prosseguir os intercâmbios em matéria de acesso aos dados digitais, nomeadamente em domínios como a conservação e a encriptação de dados ou a inteligência artificial. Convida igualmente a Comissão a avaliar a oportunidade de uma iniciativa legislativa destinada a estabelecer regras mínimas em matéria de definições de crimes e sanções no domínio do tráfico ilícito de armas.



## Inclusão social e Direitos

### **Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo sobre a melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres nos conselhos de administração das empresas**

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo político provisório sobre um novo ato legislativo da UE que promove uma representação mais equilibrada de mulheres e homens nos conselhos de administração das empresas cotadas. Nos últimos dez anos, em toda a UE, registaram-se progressos em prol da igualdade nos conselhos de administração. No entanto, os progressos não foram homogêneos e, em outubro de 2021, em média, apenas 30,6 % dos membros dos conselhos de administração e meramente 8,5 % dos presidentes dos conselhos de administração eram mulheres (um aumento face aos valores de 10,3 % e 3 % registados em 2011).

Por conseguinte, o Conselho e o Parlamento Europeu concordaram que as empresas cotadas deveriam ambicionar uma ocupação de pelo menos 40 % dos seus *cargos de administradores não executivos* por membros do sexo sub-representado, até 2026. Caso os Estados-Membros optem por aplicar as novas regras *aos administradores executivos e não executivos*, o objetivo será de 33 % para todos os cargos de administrador, até 2026. No caso de Estados-Membros que não alcançarem estes objetivos, as empresas terão de estabelecer procedimentos transparentes para a seleção e nomeação de membros do conselho de administração, no intuito de retificar a situação – designadamente, uma apreciação comparativa dos diferentes candidatos com base em critérios claros e formulados de forma neutra.

### **Acordo alcançado sobre novas regras para salários mínimos na UE**

Com o acordo alcançado na segunda-feira à noite, os negociadores do Parlamento e do Conselho [concordaram](#) quanto às regras da UE para estabelecer salários mínimos adequados, tal como previsto na legislação nacional e/ou em acordos coletivos. A nova legislação será aplicável a todos os trabalhadores da UE que tenham um contrato ou uma relação de trabalho. Os países da UE nos quais o salário mínimo é protegido exclusivamente através de acordos coletivos não serão obrigados a introduzi-lo nem a tornar estes acordos universalmente aplicáveis.

Os negociadores da UE acordaram que os países da UE terão de reforçar a negociação coletiva setorial e interprofissional como fator essencial para a proteção dos trabalhadores, fornecendo-lhes um salário mínimo. Os Estados-Membros em que menos de 80% da mão-de-obra é protegida por um acordo coletivo terão de criar um plano de ação para aumentar progressivamente esta cobertura. Para conceber a melhor estratégia para este fim, devem envolver os parceiros sociais e informar a Comissão sobre as medidas adotadas e tornar o plano público.

### **Direito ao aborto seguro e legal deve ser salvaguardado**

Os eurodeputados [condenam](#) o recuo na saúde e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em todo o mundo, incluindo nos EUA e alguns países da UE, apelando ao acesso seguro ao aborto. Após um debate plenário na quarta-feira, os eurodeputados adotaram uma resolução por 364 votos a favor, 154 contra e 37 abstenções recordando ao Supremo Tribunal

dos Estados Unidos que é vital manter o caso histórico de Roe v Wade (1973), que protege o direito ao aborto na Constituição dos EUA.

Exortam o Presidente dos EUA Biden e a sua administração a assegurar o acesso ao aborto seguro e legal. Os eurodeputados reiteram o seu apelo ao Governo do Texas para que revogue rapidamente o projeto de lei 8 do Senado e apelam a vários outros estados norte-americanos com leis semelhantes para alinharem a sua legislação com os direitos humanos das mulheres internacionalmente protegidos.

Proibições e outras restrições ao aborto afetam desproporcionalmente as mulheres em situação de pobreza, segundo os deputados, salientando que as mulheres que, devido a barreiras financeiras ou logísticas, não podem dar-se ao luxo de viajar para clínicas de saúde reprodutiva em Estados ou países vizinhos, correm um risco maior de se submeterem a procedimentos inseguros e ameaçadores de vida.

### **Violações dos direitos humanos na China, Nicarágua e Geórgia**

O Parlamento Europeu [aprovou](#) três resoluções sobre o respeito dos direitos humanos na China, Nicarágua e Geórgia. O Parlamento, por exemplo, condena veementemente a repressão da comunidade Uyghur e de outros povos étnicos turcos na Região Autónoma Uyghur de Xinjiang. Estes grupos minoritários na China são vítimas de medidas brutais tais como deportação em massa, doutrinação política e separação familiar, restrições à liberdade religiosa, destruição cultural e uso extensivo de vigilância.

### **Conselho adota conclusões sobre os direitos da criança**

O Conselho [adotou](#) conclusões relativas à estratégia da União Europeia sobre os direitos da criança, que dão especial destaque à proteção dos direitos da criança em situações de crise ou de emergência. Tendo em conta a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o Conselho regista a necessidade de proteger as crianças confrontadas com conflitos armados e as suas consequências, em particular a necessidade de as proteger contra o recrutamento pelas forças armadas, contra o tráfico de seres humanos, a adoção ilegal, a exploração sexual e a separação das suas famílias.

As conclusões abrangem ainda a estratégia da União Europeia sobre os direitos da criança de uma forma mais ampla. Em particular, o Conselho exorta os Estados-Membros a desenvolverem políticas abrangentes para que os direitos de todas as crianças sejam exercidos sem qualquer tipo de discriminação, a intensificarem os esforços para prevenir e combater todas as formas de violência contra as crianças, a reforçarem os sistemas judiciais de modo a que estes respeitem os direitos das crianças e a aumentarem as oportunidades de as crianças serem membros responsáveis e resilientes da sociedade digital.



## **Investigação científica, ciência**

### **20 milhões de euros através do Conselho Europeu da Inovação para apoiar as empresas ucranianas em fase de arranque**

A Comissão Europeia [lançou](#) uma ação ambiciosa, no valor de 20 milhões de euros, para apoiar a comunidade de inovação ucraniana. Mediante uma alteração específica do [programa de trabalho de 2022 do Conselho Europeu da Inovação](#) (CEI), a nova iniciativa apoiará, pelo menos, 200 empresas ucranianas de tecnologia profunda com um montante máximo de 60 000 euros cada. Além disso, o CEI oferecerá apoio não financeiro, como serviços de consultoria empresarial e de estabelecimento de parcerias. Tal reforçará a capacidade dos inovadores ucranianos para interagirem com o ecossistema de inovação europeu, entrarem em novos mercados e beneficiarem de instrumentos de financiamento europeu.

Além disso, na sequência da ratificação pela Ucrânia, entrou em [vigor](#) a 9 de junho o acordo de associação da Ucrânia ao [Programa Horizonte Europa](#) e ao [Programa Euratom de Investigação e Formação](#). O acordo foi assinado em 12 de outubro de 2021 por ocasião da Cimeira UE-Ucrânia. Agora, os investigadores e inovadores, universidades e empresas, incluindo as pequenas e médias empresas (PME), europeus e ucranianos têm a possibilidade de trabalhar em conjunto, em pé de igualdade, para atingir objetivos comuns e enfrentar desafios críticos. Tendo em conta a atual guerra de agressão russa contra a Ucrânia e o compromisso da UE de oferecer meios concretos de apoio à comunidade ucraniana de investigação e inovação, a Ucrânia participará nos programas Horizonte Europa e Euratom sem ter de contribuir financeiramente para os anos de 2021 e 2022. Estima-se que a contribuição dispensada ronde os 20 milhões de euros. Este apoio vem complementar as iniciativas em curso «[Espaço Europeu da Investigação para a Ucrânia](#)» (ERA4Ukraine), [Horizon4Ukraine](#) e [ERC for Ukraine](#), bem como o programa de bolsas específicas, no montante de 25 milhões de euros, criado no âmbito das ações Marie Skłodowska Curie (MSCA) para investigadores deslocados da Ucrânia.

### **Conselho adota conclusões sobre cooperação internacional, ciência aberta e missões europeias**

Os ministros da UE responsáveis pela investigação [adotaram](#) três conjuntos de conclusões que estabelecem orientações políticas sobre [cooperação internacional no domínio da investigação e inovação](#), sobre a promoção [de políticas científicas abertas](#) e sobre a implementação de [missões europeias](#).

As conclusões do Conselho estabelecem os valores e princípios que devem orientar a cooperação internacional em matéria de investigação e inovação, incluindo a liberdade científica, a igualdade entre os sexos, a excelência da investigação e a proteção e aplicação dos direitos de propriedade intelectual. Os ministros acordaram em lançar um diálogo multilateral com os principais parceiros da UE, com base nesses princípios e valores, com vista a assegurar uma cooperação internacional equilibrada e mutuamente benéfica. Foi acrescentada uma [declaração](#) às conclusões sobre as consequências da agressão militar russa contra a Ucrânia no domínio da investigação e inovação. As conclusões surgem na sequência das conclusões do Conselho de 28 de setembro de 2021 sobre a abordagem global à investigação e inovação, que esboçam a estratégia da UE para a cooperação internacional num mundo em mudança. As conclusões dão igualmente seguimento à Recomendação do Conselho sobre um Pacto de Investigação e Inovação, adotada a 26 de novembro de 2021, que recomenda aos Estados-Membros que apliquem um conjunto de valores e princípios para a investigação e inovação na União.



## Juventude

### Jovens europeus compram mais produtos falsificados e continuam a aceder a conteúdos pirateados

Mais de metade (52 %) dos europeus inquiridos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos [disseram](#) ter comprado pelo menos um produto falsificado em linha durante o ano passado, quer intencionalmente quer de forma acidental, e um terço (33 %) disse ter acedido a conteúdos digitais a partir de fontes ilegais. Analisando aqueles que o fizeram intencionalmente, 37 % compraram um produto falsificado e 21 % utilizaram, reproduziram, descarregaram ou transmitiram conteúdos a partir de fontes ilegais.

Em Portugal, 34 % dos jovens compraram intencionalmente uma falsificação e 17 % acederam conscientemente a conteúdos pirateados. Por outro lado, 60 % dos jovens europeus disseram preferir o acesso a conteúdos digitais de fontes legais, em comparação com 50 % em 2019. Em Portugal, esta percentagem é mais elevada e representa 68 % dos jovens. O preço e a disponibilidade continuam a ser os principais fatores para a compra de contrafações e para a pirataria digital, mas a influência dos pares e da sociedade é também cada vez mais importante. As ciberameaças, a fraude cibernética e o impacto ambiental estão entre os principais fatores dissuasores.

A edição de 2022 do Painel de Avaliação da Propriedade Intelectual e Juventude, divulgada pelo Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO), fornece uma atualização sobre os comportamentos dos jovens face à violação da propriedade intelectual num contexto pós-pandémico. O inquérito analisa os dois lados da violação da propriedade intelectual: as tendências dos jovens que compram bens contrafeitos e o acesso a conteúdos pirateados, avaliando as tendências desde 2016.



## Financiamento

### Projeto de Orçamento da UE para 2023

A Comissão [propôs](#) um [orçamento anual da UE para 2023](#) no valor de 185,6 mil milhões de euros, que será complementado por cerca de 113,9 mil milhões de euros em subvenções no âmbito do instrumento NextGenerationEU. O orçamento da UE continuará a mobilizar grandes investimentos com vista a promover a autonomia estratégica da Europa e a recuperação económica em curso, salvaguardar a sustentabilidade e criar empregos. A Comissão continuará a dar prioridade às despesas ecológicas e digitais e a satisfazer as necessidades prementes decorrentes das recentes crises.

De acordo com as conclusões do Conselho Europeu de 31 de maio de 2022, serão apresentadas, no final do ano, propostas adicionais relativas ao impacto da guerra na Ucrânia, tanto a nível externo como interno, de acordo com as conclusões do Conselho de 31 de maio de 2022. O projeto de orçamento para 2023 faz parte do orçamento de longo prazo da União, tal como adotado pelos chefes de Estado e de Governo no final de 2020, incluindo os sucessivos ajustamentos técnicos, e procura transformar as suas prioridades em resultados anuais concretos. Uma parte significativa dos fundos será, por conseguinte, dedicada à luta contra as alterações climáticas, em consonância com o objetivo de consagrar 30 % do orçamento de longo prazo e do instrumento de recuperação da NextGenerationEU a esta prioridade política.

### Orçamento da UE de 2021: Relatório de desempenho

Em tempos difíceis, o orçamento da UE, complementado pelo instrumento de recuperação NextGenerationEU, continuou a produzir resultados concretos em benefício dos cidadãos da UE, no pleno respeito dos mais elevados padrões de gestão financeira. O documento [mostra](#) que, no ano passado, os fundos da UE continuaram a ser fundamentais para que a UE fizesse face à pandemia de coronavírus e às suas consequências. Entre os principais projetos, há que referir o financiamento da introdução do certificado digital COVID-19, a aquisição de material relacionado com os cuidados de saúde, a assistência ao pessoal médico e no apoio operacional às capacidades móveis de resposta médica e a aquisição de vacinas para países de rendimentos mais baixos. O [relatório](#) destaca o elevado nível de flexibilidade demonstrado pela Comissão na gestão do

orçamento para fazer face aos desafios à medida que estes surgem — algo que a Comissão continua a fazer também num contexto geopolítico em mutação. Em 2021, a Comissão começou a contrair empréstimos para a recuperação através do NextGenerationEU e procedeu aos primeiros desembolsos com base nos planos de recuperação e resiliência aprovados.

Com o relatório anual sobre a gestão e a execução, a Comissão assume toda a responsabilidade política pela gestão do orçamento da UE do ano anterior. Tal está previsto no artigo 318.º do TFUE e no artigo 247.º do Regulamento Financeiro, fazendo parte do pacote da apresentação integrada de relatórios financeiros e de prestação de contas (IFAR), que a Comissão apresenta para apoiar o seu pedido de quitação ao Parlamento Europeu. A quitação é o procedimento através do qual o Parlamento Europeu avalia a execução do orçamento da UE pela Comissão.

### **Acordo de Parceria Portugal 2030 entregue em Bruxelas**

Foi submetido no dia 6 de junho, à Comissão Europeia, a versão final do [Acordo de Parceria Portugal 2030](#). Foram também enviadas formalmente a Bruxelas as primeiras versões formais dos Programas Operacionais. Prossegue agora o respetivo processo de negociação com a Comissão Europeia, que deverá culminar na aprovação dos mesmos e na sua plena operacionalização para impulsionar a transformação estrutural do país.

[Aprovado em Conselho de Ministros em março deste ano](#), o Acordo de Parceria beneficiou de um amplo processo de consulta pública, bem como de um conjunto de iniciativas de auscultação e debate com os parceiros, que será reforçado nas próximas semanas com o lançamento das consultas públicas dos Programas, no âmbito das respetivas avaliações ambientais estratégicas. São assim dados passos decisivos para que Portugal possa aceder aos 23 mil milhões do próximo QFP (excluindo programas de cooperação territorial, a transferência para o Mecanismo Interligar Europa, e os fundos da PAC). A verba está distribuída entre o FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (11,5 mil milhões de euros), o FSE+ – Fundo Social Europeu (7,8 mil milhões de euros), o Fundo de Coesão (3,1 mil milhões de euros), o Fundo para uma Transição Justa (224 milhões de euros) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (393 milhões de euros).



### **Mobilidade e Transportes**

#### **Aprovadas ajudas estatais de 453,25 milhões de euros a favor do grupo SATA**

A Comissão Europeia aprovou, nos termos das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um auxílio estatal à reestruturação no montante total de 453,25 milhões de EUR à transportadora aérea SATA Air Açores. A medida permitirá à empresa financiar o seu plano de reestruturação e restabelecer a sua viabilidade a longo prazo. A vice-presidente executiva Margrethe Vestager, responsável pela política da concorrência, declarou a este propósito: «*A medida que hoje aprovámos assegurará a continuidade territorial das ilhas dos Açores com Portugal continental e a União Europeia, permitindo restabelecer a viabilidade da sua transportadora aérea regional, a SATA. Ao mesmo tempo, o auxílio permitirá à SATA reorganizar a sua atividade, melhorando as operações e os horários, e reduzindo os custos operacionais. O apoio público é acompanhado de salvaguardas para garantir que as eventuais distorções da concorrência são reduzidas*».

O plano de reestruturação apresenta um pacote de medidas destinadas a melhorar as operações e os horários da SATA, bem como a reduzir os seus custos. Concretamente, o plano prevê: i) medidas de reforço da eficiência e de redução de custos, ii) alienação de uma participação de controlo (51 %) na Azores Airlines e iii) exclusão e alienação da atividade de assistência em escala. Além disso, a fim de assegurar uma execução eficaz, o plano de reestruturação inclui a reorganização da estrutura empresarial da SATA, prevendo a substituição da SATA Air Açores por uma sociedade de participações sociais no controlo das suas filiais operacionais (SATA Air Açores, Azores Airlines e SGA). Ademais, a SATA será proibida de proceder a qualquer aquisição e ser-lhe-á imposto um limite máximo para a sua frota até ao termo do plano de reestruturação.

Além disso, a Comissão também decidiu encerrar a sua investigação, iniciada [em 18 de agosto de 2020](#), relativa a outras medidas de apoio público adotadas por Portugal a favor da SATA. Concretamente, a Comissão constatou que a SATA reembolsou a Portugal os três aumentos de capital, incluindo juros. A versão não confidencial da decisão será disponibilizada com os números de processo [SA.58101](#) e [SA.63402](#) no [Registo dos auxílios estatais](#) no sítio Web da [DG Concorrência](#) da Comissão, após resolução das eventuais questões de confidencialidade.

#### **Medidas urgentes necessárias para reduzir as emissões no setor da aviação**

Numa votação plenária na quarta-feira, os eurodeputados [aprovaram](#) o seu relatório de revisão do Sistema de Comércio de Emissões da UE (ETS) para a aviação com 479 votos a favor, 130 contra e 32 abstenções. O texto adotado, que constitui o mandato de negociação do Parlamento junto dos Estados-Membros, propõe que o ETS-aviação se aplique a todos os voos com partida de um aeroporto localizado no Espaço Económico Europeu (EEE) e que as atribuições gratuitas ao setor da aviação sejam gradualmente eliminadas até 2025.

Deve ser prevista, no entanto, uma derrogação ao ETS-aviação para as emissões dos voos entre aeroportos situados numa Região Ultraperiférica da UE e aeroportos situados noutra região do EEE, e voos entre aeroportos situados na mesma Região

Ultrapерифérica. Os eurodeputados pretendem também que 75% das receitas geradas com o leilão de licenças de emissão para a aviação sejam utilizadas para apoiar a inovação e as novas tecnologias.



Mar e Pescas

### **Eurodeputados aprovam o acordo de pesca com a Mauritânia (o maior acordo de pesca celebrado pela UE com um país terceiro)**

O Parlamento Europeu [deu](#) na quarta-feira luz verde a um novo acordo de pesca com a Mauritânia, que deverá reforçar a cooperação ambiental, económica, social e científica. Com 557 votos a favor, 34 contra e 31 abstenções, os eurodeputados apoiaram o maior acordo de pesca celebrado pela UE com um país terceiro. Válido por seis anos, permitirá aos navios da França, Alemanha, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Países Baixos, Polónia, Portugal e Espanha pescar atum, pequenos peixes pelágicos, crustáceos e peixes demersais nas águas mauritanas. Em troca de um máximo de 290 mil toneladas de peixe, a Mauritânia receberá 57,5 milhões de euros por ano. Serão utilizados mais 3,3 milhões de euros por ano para apoiar a comunidade pesqueira local.

O Parlamento Europeu também insta a Mauritânia a parar a pesca excessiva de pequenas unidades populacionais pelágicas, o que tem consequências negativas na segurança alimentar local e causa poluição das águas. Os pequenos peixes pelágicos são transformados em farinha de peixe e óleo de peixe pela indústria de processamento alimentar em vez de serem utilizados para consumo local, dizem os eurodeputados. Observam que enquanto a Mauritânia se comprometeu em 2017 a eliminar gradualmente a produção de farinha e óleo de peixe até 2020, tem havido uma expansão das fábricas de farinha de peixe desde 2010. Os pescadores da UE são encorajados a continuar a distribuir 2% das suas capturas pelágicas às pessoas necessitadas, desembarcando para a Companhia Nacional de Distribuição de Pescado (SNDP). O Parlamento Europeu apela às autoridades mauritanas para que assegurem que a contribuição chegue aos cidadãos.



Regiões Ultrapерифéricas

### **Resolução do Parlamento Europeu sobre "As ilhas da UE e a política de coesão" aprovada**

A Resolução denominada "Ilhas e Política de Coesão: ponto da situação e desafios futuros" foi [aprovada](#) na terça-feira pelo Parlamento Europeu por 577 votos a favor, 38 contra e 10 abstenções. Na sua [redação final](#) e a propósito das Regiões Ultrapерифéricas, os parlamentares europeus defendem, por exemplo, que a UE deve «adotar medidas específicas destinadas a estabelecer as condições de aplicação das políticas comuns da UE a essas regiões, em especial em matérias como as políticas aduaneiras e comerciais, a política fiscal, as zonas francas, a política agrícola e a política das pescas, as condições de abastecimento de matérias-primas e de bens de consumo de primeira necessidade, os auxílios estatais e as condições de acesso aos fundos estruturais e aos programas horizontais da União».

Por outro lado, os eurodeputados observam que «a atual regra de minimis restringe a competitividade e levanta dificuldades nas ilhas europeias e nas regiões ultrapерифéricas; considera que todas as ilhas da UE devem ser isentadas dos respetivos limites aplicáveis da regra de minimis, para que não estejam tanto em desvantagem; insta, além disso, a Comissão a adaptar as regras em matéria de auxílios estatais para garantir que os subsídios destinados a contrabalançar a insularidade não sejam considerados auxílios estatais, mas sim uma compensação para colocar as ilhas e as regiões ultrapерифéricas europeias em pé de igualdade com as suas homólogas continentais».



Saúde

### **Reforço da saúde mental e apoio psicossocial às pessoas deslocadas vindas da Ucrânia**

A Comissão Europeia [assinou](#) um acordo no valor de 7 milhões de euros com a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho para prestar assistência na saúde mental e apoio psicossocial a pessoas em fuga da Ucrânia. O acordo visa apoiar os refugiados que tenham sofrido grandes problemas de saúde mental e traumas psicológicos, fornecendo primeiros socorros e avaliação psicológica, bem como saúde mental e apoio psicossocial a longo prazo, nas suas próprias línguas. O contrato, financiado pelo programa EU4Health, cobre ações para reforçar as capacidades do pessoal e dos voluntários da Cruz Vermelha, dos socorristas de primeira linha e de outros profissionais em cinco países da UE (Polónia, Eslováquia, Hungria, Roménia, República Checa) e terá uma duração de 24 meses.

### **Conselho adota mandato de negociação sobre o reforço do papel da Agência da UE para a Droga**

A fim de intensificar a luta contra as drogas ilegais, o Conselho [adotou](#) o seu [mandato](#) de negociação sobre a proposta relativa à Agência da UE para a Droga, destinada a converter o atual Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência numa agência de pleno direito e a reforçar o seu papel, podendo assim as negociações com o Parlamento Europeu ter o seu início logo que o Parlamento tiver adotado a sua posição.

Recorde-se que o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência foi criado em 1993, em Lisboa (Portugal). O seu objetivo é fornecer à UE e aos Estados-Membros informações factuais e comparáveis sobre as drogas, a toxicodependência e as suas consequências, a fim de fundamentar a elaboração das políticas e orientar as iniciativas de resposta às drogas. O seu funcionamento melhorou consideravelmente a disponibilidade de informações sobre as drogas e a toxicodependência em toda a UE, bem como a nível internacional.

### **Comissão Europeia e Estados Unidos assinam acordo administrativo de cooperação em matéria de preparação e resposta a ameaças para a saúde pública**

Na sequência da declaração da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, por ocasião da segunda Cimeira Mundial sobre a COVID-19, a Comissão Europeia e o Departamento da Saúde e dos Serviços Sociais dos EUA [assinaram](#) um acordo administrativo para reforçar a cooperação em matéria de preparação e resposta a ameaças para a saúde pública. O acordo facilitará a cooperação entre a Comissão e os EUA em várias áreas para fazer face, em conjunto, a situações de emergência sanitária, contribuindo para o estabelecimento de uma sólida arquitetura da saúde a nível mundial.

O acordo administrativo transatlântico, assinado em 19 de maio, em Berlim, será coordenado, do lado da UE, pela Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA) e pela Direção-Geral da Saúde e da Segurança dos Alimentos da Comissão Europeia, e pelo Departamento da Saúde e dos Serviços Sociais, do lado dos EUA. No âmbito deste acordo, a Comissão Europeia e os EUA colaborarão em áreas como a informação sobre epidemias e cadeias de abastecimento, investigação e inovação e produção de contramedidas médicas, incluindo vacinas e terapêuticas. Ao facilitar a partilha de informações, conhecimentos e dados, o acordo administrativo reduzirá a duplicação de esforços e assegurará fortes sinergias nos esforços de preparação e resposta. Este acordo administrativo é um resultado da [agenda UE-EUA](#) para vencer a pandemia mundial, vacinar o mundo inteiro, salvar vidas e reconstruir melhor a segurança sanitária mundial.



## Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

### **Ucrânia: UE aumenta o apoio operacional às organizações humanitárias**

Como as necessidades humanitárias continuam a crescer na Ucrânia devido à invasão ilegal russa, a UE está a fornecer apoio operacional direto a organizações de ajuda que trabalham no interior do país. A este respeito, a UE [criou e financiou](#) integralmente dois armazéns na Ucrânia, em Vinnttsia e Dnipro respetivamente, e contratou serviços de transporte rodoviário para prestar ajuda humanitária às pessoas necessitadas. A utilização destes serviços humanitários financiados pela UE é oferecida gratuitamente a organizações humanitárias que operam na Ucrânia, como parte do novo sistema europeu de Capacidade de Resposta Humanitária, atualmente a ser implementado pela Handicap International. A França também cofinanciará estas operações na Ucrânia, sendo o primeiro Estado-Membro da UE a aderir a esta iniciativa.

### **Turquia: processo de adesão**

Num relatório adotado na terça-feira por 448 votos a favor, 67 contra e 107 abstenções, os eurodeputados [advertem](#) que apesar das repetidas declarações da Turquia de que pretende tornar-se membro da UE, nos últimos dois anos o país tem recuado consistentemente nos seus compromissos em relação ao processo de adesão. O Parlamento congratula-se com a ligeira melhoria recente nas relações globais UE-Turquia, em particular, os diálogos de alto nível. Esta cooperação reforçada coexistiu, infelizmente, com conflitos regulares, uma vez que as relações com os Estados-Membros vizinhos da UE continuam a ser um desafio, sublinham os eurodeputados.

O relatório aponta para a contínua deterioração da situação dos direitos humanos na Turquia. Os eurodeputados lamentam a constante pressão jurídica e administrativa sobre a sociedade, sobre os defensores dos direitos humanos, advogados e jornalistas. Apela à Comissão para que providencie financiamento suficiente para os esforços pró-democracia na Turquia.

### **Ucrânia: UE anuncia mais 205 milhões de euros em ajuda humanitária**

A UE está a [atribuir](#) mais 205 milhões de euros em assistência humanitária à Ucrânia, elevando o financiamento total da ajuda humanitária da UE e o valor da assistência em espécie para mais de 700 milhões de euros em resposta à invasão ilegal da Ucrânia pela Rússia, dos quais 13 milhões de euros são dedicados a projetos na vizinha Moldávia.

### **Argélia: Declaração do Alto Representante/Vice-Presidente da Comissão Europeia, Josep Borrell, e do Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, sobre as últimas medidas da Argélia em relação à Espanha**

O Alto Representante, Josep Borrel, e o Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, emitiram uma [declaração](#) na qual manifestaram a sua extrema preocupação em relação à decisão tomada pela Argélia de [suspender](#) o Tratado de amizade e boas relações de vizinhança assinado com a Espanha em 2002.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites

### **Comissão Europeia e as autoridades de proteção dos consumidores instam a WhatsApp a manter os consumidores mais bem informados sobre as suas políticas de dados e atualizações dos seus termos de serviço**

A *Consumer Protection Cooperation Network* (CPC) e a Comissão Europeia [enviaram](#) uma nova carta à WhatsApp instando a empresa a agir no sentido de responder às preocupações que subsistem quanto aos seus termos de serviço e política de privacidade e de informar claramente os consumidores sobre o seu modelo empresarial. Em particular, solicita-se à WhatsApp que demonstre como tenciona comunicar quaisquer futuras atualizações aos seus termos de serviço, e que o faça de uma forma que permita aos consumidores compreender facilmente as implicações dessas atualizações e decidir livremente se desejam continuar a utilizar o WhatsApp após essas atualizações.

### **Carregador comum: O Conselho e o Parlamento Europeu chegam a um acordo político provisório**

Num futuro próximo, [deixará](#) de ser necessário dispor de vários carregadores para aparelhos de uso corrente. O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram, de facto, a um acordo político provisório sobre a proposta de diretiva que estabelece um carregador comum. O objetivo da diretiva em questão é estabelecer uma porta comum de carregamento para uma grande variedade de equipamentos de rádio. A existência de um carregador comum permitirá melhorar o conforto dos consumidores, graças à harmonização das interfaces de carregamento e das tecnologias de carregamento rápido, e reduzir os resíduos eletrónicos.

A diretiva tornará obrigatória uma porta de carregamento de tipo USB-C para uma grande variedade de equipamentos de rádio. Por conseguinte, todos os equipamentos poderão ser recarregados com o mesmo carregador. Para que todos os consumidores saibam exatamente o que estão a comprar, os legisladores decidiram incluir um pictograma que indicará se o novo dispositivo é oferecido com um carregador, bem como um rótulo com o desempenho de carregamento. Além disso, a diretiva visa deixar sistematicamente ao consumidor a escolha de comprar um novo aparelho com ou sem carregador. Esta medida reduzirá o volume de resíduos eletrónicos associado ao fabrico, ao transporte e à eliminação de carregadores. A possibilidade de tornar obrigatória esta venda dissociada será avaliada pela Comissão quatro anos após a entrada em vigor da diretiva. As novas regras devem ser aplicadas no prazo de 24 meses a contar da data de entrada em vigor da diretiva para a maior parte dos equipamentos.

Mais no Parlamento Europeu...

**[Calendário para 2022 e 2023.](#)**



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



### Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



### Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



### Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



### Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



### Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



### Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



### Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



### Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



### Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



### IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



## Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



## Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



## Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



## Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



## O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

### Legenda:





### Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

### Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

[gabinetebruxelas@azores.gov.pt](mailto:gabinetebruxelas@azores.gov.pt) | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

**Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!**